



## EDUCAÇÃO

# Desconto de até 99% na renegociação do Fies

Presidente sanciona lei que permite a revisão das dívidas de 1,2 milhão de estudantes inadimplentes e prevê retomada de obras

» VICTOR CORREIA

Ricardo Stuckert/PR



Lei sancionada pelo presidente Lula prevê a retomada de mais de 11 mil obras paradas nas áreas da saúde e da educação em todo o país

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na manhã de ontem, o projeto de lei (PL) que prevê a retomada de obras paradas, a renegociação de dívidas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e diretrizes para o repasse de recursos da Política Aldir Blanc. A assinatura se deu a portas fechadas, em evento que não estava na agenda oficial da Presidência. O texto tratava, originalmente, do Pacto Nacional pela Retomada de Obras Inacabadas, que prevê a conclusão de 11.151 obras em todo o país nas áreas de educação e saúde. Durante a tramitação na Câmara, porém, deputados também incluíram os outros dispositivos.

Segundo o Ministério da Educação, são necessários R\$ 6,2 bilhões para concluir as 5.662 obras contempladas pelo pacto, sendo R\$ 458 milhões em 2023, R\$ 1,6 bilhão em 2024 e em 2025, e R\$ 332 milhões em 2026. Entre os itens estão a construção de novas quadras esportivas, coberturas em quadras já existentes, reformas e ampliações de estrutura. No Ministério da Saúde serão retomadas 5.489 obras em unidades Básicas de Saúde (UBS) e de Pronto Atendimento (UPA), nas redes Cegonha e Neonatal, Centros Especializados em Reabilitação (CERs) e em oficinas ortopédicas.

De acordo com informações do Planalto, as obras serão priorizadas com base no percentual de execução e no ano da contratação dos serviços, e se beneficiam comunidades rurais, indígenas ou quilombolas e municípios que atingidos por desastres naturais na última década, entre outros critérios.

Após a renovação dos contratos, as intervenções devem ser concluídas em 24 meses, prorrogáveis pelo mesmo período. O texto autoriza ainda a contratação de novos recursos além dos previstos originalmente para a obra.

Participaram da assinatura os ministros Camilo Santana (Educação), Rui Costa (Casa Civil), Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social), Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência) e Margareth Menezes

(Cultura), além do secretário-executivo do Ministério da Saúde, Swendenberger Barbosa, e do líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

### Alunos endividados

Em relação ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o governo criou a possibilidade de renegociar as dívidas com desconto de até 99% no valor total

devido. Estimativas do Ministério da Educação (MEC) apontam que 1,2 milhão de beneficiários está inadimplente. O estoque da dívida soma R\$ 54 bilhões.

“Se você está devendo ao Fies, está inadimplente, não se desespere. A partir de segunda-feira... Não, a partir de agora, você pode procurar a Caixa, procurar o MEC, e você vai cuidar de saldar sua dívida com muito desconto”, disse Lula, nas redes sociais. “Para nós, o importante não

é a sua dívida, é que você volte a estudar pagando o mínimo necessário, porque nós sabemos que você precisa de ajuda, e nós estamos aqui para lhe ajudar”, acrescentou Lula.

Têm direito ao refinanciamento os beneficiários do Fies com contratos firmados até o fim de 2017, e que tenham dívidas não pagas até 31 de julho de 2023. Dívidas em atraso por até 90 dias terão 100% de desconto nos juros e multas, além de 12% de desconto

no valor do débito, caso o pagamento seja à vista. Para as dívidas não pagas em até 360 dias, o desconto será de até 99% para estudantes inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), e de até 77% para os não inscritos.

“Estamos discutindo como fazer a mudança do Novo Fies, um Fies mais social. Muitas vezes transformaram o Fies em um programa econômico. Na realidade, tem que ser um programa social”, declarou Camilo Santana.



Para nós, o importante não é a sua dívida, é que você volte a estudar pagando o mínimo necessário, porque nós sabemos que você precisa de ajuda, e nós estamos aqui para lhe ajudar”

**Luiz Inácio Lula da Silva**, presidente da República

## BRASILEIROS EM PORTUGAL

# Imigração lotada de pedidos

» VICENTE NUNES CORRESPONDENTE

**Lisboa** — Em apenas 48 horas, os brasileiros que vivem em Portugal esgotaram todas as vagas disponibilizadas pelo governo até o fim deste ano para a renovação de autorizações de residência no país. Com a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) no último domingo (29/10), esse serviço passou a ser prestado pelo Instituto dos Registos e do Notariado (IRN), correspondentes aos cartórios no Brasil. Mesmo nos locais menores, onde a presença de brasileiros não é tão massiva, não há mais vagas de atendimento até o fim de dezembro. A gritaria entre quem ficou de fora é geral.

Havia uma grande expectativa de que, com a extinção do SEF e a criação da Agência para Integração, Migrações e Asilo (Aima) para substituí-lo, os serviços aos imigrantes fossem melhorados. Mas o que se vê, três dias depois da entrada em operação a agência, é que tudo continua como sempre foi, ou seja, um descaço total com os cidadãos que escolheram Portugal para trabalhar e morar. Com a entrada em vigor da Aima, os serviços de renovação de autorizações de residência passaram a ser prestados pelo IRN. Há 347 mil processos pendentes, mais da metade envolvendo brasileiros.

Especializado em imigração, o advogado Bruno Gutman, brasileiro com cidadania portuguesa, vive, em casa, o drama da falta de estrutura do governo português para atender os estrangeiros. Desde segunda-feira (30/10), quando a Aima passou a operar e o IRN foi escalado para atender os imigrantes, ele vem tentando vagas para a renovação dos documentos da mulher dele, das duas filhas e da sogra. As autorizações de residência estão vencidas e elas precisam atualizá-las, de forma a se sentirem seguras no país europeu. Estrangeiros sem a documentação adequada enfrentam dificuldades até para acessar a rede pública de saúde.

“É incrível que isso esteja acontecendo. Há pelo menos um ano, sabe-se da extinção do SEF. É incrível que o governo não tenha preparado a infraestrutura adequada para corresponder às expectativas dos cidadãos”, diz Gutman. Ele acredita que, dado o tamanho da demanda represada, mesmo que a nova agência reforçasse o número de servidores e trabalhasse dia e noite, não daria conta de atender todos os que estão na fila de espera. Nem a tecnologia tem ajudado no processo, pois, apesar de os pedidos de renovação serem feitos on-line ou por aplicativo do Siga, o sistema de agendamento dos serviços

públicos do governo, poucos conseguiram acessar os sistemas. Mais: o site da Aima ainda não contempla o agendamento.

### Ajuda do Parlamento

Na tentativa de minimizar os constrangimentos aos imigrantes que desejam regularizar a situação documental em Portugal, Gutman procurou alguns deputados com a proposta de que apresentem um projeto à Assembleia da República — o Parlamento português — para estender o prazo de validade das autorizações de residência vencidas. No ano passado, diante das dificuldades do agora extinto SEF em atender a demanda, o governo baixou um decreto prorrogando, até o fim do ano, a validade de todos os documentos vencidos.

“Nas conversas que tive com os parlamentares, eles se mostraram muito preocupados com as dificuldades operacionais da Aima e do IRN e prometeram levar o tema a debate”, conta Gutman. Dentro do governo também há sensibilidade em relação ao assunto. Responsável pela nova agência, a ministra adjunta de Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, afirma que está sendo montada uma megaoperação para o primeiro trimestre de 2024, a fim de reduzir as pendências com os imigrantes.

## Barra Torres e a nova geração de jornalistas

Divulgação



O diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antonio Barra Torres, visitou a redação do **Correio**, na manhã de ontem, para uma palestra com os alunos do 1º Curso Jornalismo na Prática, promovido pelo jornal. Como parte da programação de atividades do programa, Barra Torres fez uma apresentação sobre a importância das áreas de atuação da Anvisa e da difusão de informações sobre o trabalho do órgão regulador.

De acordo com o diretor, a agência regula e fiscaliza setores que representam mais de 20% do PIB brasileiro, como as indústrias de alimentos,

produtos para saúde, vacinas, medicamentos, agrotóxicos, cosméticos, saneamento e tabaco. Na conversa, Barra Torres detalhou ainda o trabalho da Anvisa na pandemia de covid-19, destacando como o planejamento de comunicação foi aliado no combate à desinformação sobre a doença, as vacinas e as medidas que precisaram ser adotadas para conter o avanço da doença. Ele informou, ainda, que será aberto, em 24 de janeiro do ano que vem, o edital do novo concurso público da Anvisa. O segundo bloco foi todo destinado para uma entrevista coletiva, já que o curso é voltado para a cobertura jornalística de saúde no Brasil.